

Município de Sever do Vouga
Prestação de Contas 2013





Índice

1	Introdução	1
2	Situação económica e financeira	3
2.1	Situação económica	3
2.1.1	Balanço sintético	3
2.1.2	Estrutura de custos	4
2.1.3	Estrutura de proveitos	5
2.2	Situação financeira.....	7
2.2.1	Receitas globais.....	7
2.2.2	Receitas correntes	8
2.2.2.1	Estrutura das receitas correntes.....	8
2.2.2.2	Análise nas principais rubricas da receita corrente.....	9
2.2.3	Receitas de capital.....	10
2.2.3.1	Estrutura das receitas de capital	10
2.2.3.2	Análise nas principais rubricas da receita de capital	11
2.2.4	Evolução da receita.....	12
2.2.5	Rácios da Receita	13
2.3	Despesas globais.....	14
2.3.1	Execução da despesa	14
2.3.2	Execução da despesa corrente	15
2.3.3	Execução da Despesa de Capital	17
2.3.4	Saldo da gerência - orçamental.....	17
2.3.5	Poupança corrente.....	18
2.3.6	Relação receitas e despesas de capital	18



3	Recursos humanos.....	20
3.1	Limites dos encargos com o pessoal.....	23
4	Endividamento e evolução das dívidas de curto, médio e longo prazo	24
4.1	Dívidas de curto prazo	24
4.2	Evolução do endividamento – médio e longo prazos.....	24
4.3	Endividamento total (2011/2012/2013).....	26
4.4	Endividamento líquido	26
4.5	Dívida.....	28
4.5.1	Limite da dívida	28
5	Grandes opções do plano - análise	30
5.1	Execução das grandes opções do plano	30
5.2	Plano plurianual de investimentos	31
5.3	Atividades relevantes	31
6	Proposta de aplicação dos resultados	33
6.1	Proposta.....	33

1 Introdução

A Câmara Municipal apresenta nos termos legais, alínea i) do n.º 1 do art.º 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, os documentos de prestação de contas do ano de 2013.

Aquela norma define como competência do executivo, *“elaborar e aprovar a norma de controlo interno, bem como o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais do município e respetiva avaliação e ainda os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação e votação da assembleia municipal”*, cabendo ao órgão deliberativo a sua apreciação e votação, em conformidade com o disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do referido diploma legal, onde é referido que compete à Assembleia Municipal: *“Apreciar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como **apreciar e votar os documentos de prestação de contas**”*, cujos documentos foram elaborados de acordo com as normas estabelecidas no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, que aprovou o *“POCAL”* e tomando em consideração as recomendações do Tribunal de Contas dadas através das Instruções e Resolução publicadas.

Assim, foram elaborados os documentos da prestação de contas do ano de 2013.

As verbas colocadas à disposição do Executivo, quer provenientes das Receitas Próprias do município, quer das Transferências (do OE - Orçamento do Estado ou Outras), quer de outra proveniência (Capitais Alheios) foram administradas em obediência aos princípios orçamentais e contabilísticos fundamentais, dos quais destacamos, o do equilíbrio e o da prudência, tendo sido possível obstar-se a quaisquer situações de aperto orçamental, o que possibilitou o cumprimento das responsabilidades financeiras assumidas, efetivando uma política de pagamentos a fornecedores, prestadores de serviços e empreiteiros, de uma forma moderada, devido aos atrasos verificados nas transferências dessas verbas.

Os documentos de planeamento da gestão do atual executivo, identificados nas Opções do Plano, Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos, estabeleceram para 2013, as principais escolhas de política de desenvolvimento para o concelho, definindo os projetos prioritários e mobilizando os recursos técnicos, humanos e financeiros necessários à sua concretização.

Findo o exercício de 2013, será possível afirmar que a atividade da Câmara Municipal, no decurso desse período, contribuiu para melhorar a imagem do concelho na região onde se encontra inserido.



Seguidamente, fazemos uma análise dos principais aspetos que devem fazer parte do Relatório de Gestão, destinados a compreender a atividade desenvolvida pelo executivo no ano económico de 2013.

2 Situação económica e financeira

A avaliação da situação económica e financeira do município foi realizada através da análise do balanço e da demonstração de resultados, bem como através dos indicadores de gestão calculados a partir de relações estabelecidas entre contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras.

2.1 Situação económica

2.1.1 Balanço sintético

Balanço Sintético	Ano de 2011		Ano de 2012		Ano de 2013	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Ativo Líquido						
Imobilizado	58.115.101,85	95,86%	65.530.791,04	92,65%	64.945.825,13	92,24%
Bens do domínio público	37.747.650,89	62,27%	38.242.805,11	54,07%	36.970.113,84	52,51%
Imobilizado incorpóreo	43.895,32	0,07%	42.930,16	0,06%	41.965,00	0,06%
Imobilizado corpóreo	18.531.521,11	30,57%	18.954.241,54	26,80%	19.660.211,68	27,92%
Investimentos financeiros	1.792.034,53	2,96%	8.290.814,23	11,72%	8.273.534,61	11,75%
Circulante	2.298.283,70	3,79%	4.022.195,62	5,69%	4.030.924,74	5,73%
Existências	77.107,82	0,13%	77.405,60	0,11%	77.879,28	0,11%
Dívidas de terceiros - Curto prazo	1.433.755,86	2,37%	989.817,05	1,40%	1.405.424,65	2,00%
Títulos negociáveis	495,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Depósitos em instit. de crédito e caixa	786.925,02	1,30%	2.954.972,97	4,18%	2.547.620,81	3,62%
Acréscimo de proveitos	210.211,62	0,35%	1.175.972,79	1,66%	1.429.881,89	2,03%
Custos diferidos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total do Ativo Líquido	60.623.597,17	100,00%	70.728.959,45	100,00%	70.406.631,76	100,00%
Fundos Próprios e Passivo						
Fundos próprios	41.332.576,50	68,18%	44.305.842,51	62,64%	45.700.796,49	64,91%
Passivo	5.075.158,59	8,37%	7.275.704,34	10,29%	4.806.556,90	6,83%
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo	3.282.734,53	5,41%	6.255.494,10	8,84%	3.942.714,92	5,60%
Dívidas a terceiros - Curto prazo	1.792.424,06	2,96%	1.020.210,24	1,44%	863.841,98	1,23%
Acréscimos de custos	401.874,49	0,66%	209.064,25	0,30%	280.300,93	0,40%
Proveitos diferidos	13.813.987,59	22,79%	18.938.348,35	26,78%	19.618.977,44	27,87%
Total dos Fundos Próprios e Passivo	60.623.597,17	100,00%	70.728.959,45	100,00%	70.406.631,76	100,00%

Ao analisarmos as variações ocorridas nas principais rubricas do balanço deparamo-nos com dois aspetos importantes. Em primeiro lugar, uma redução nas dívidas a terceiros que desceram de 7,2 para 4,8 milhões de euros, e em segundo lugar, um saldo em disponibilidades de 2,5 milhões de euros, ou seja, verificou-se apenas uma ligeira redução no saldo de disponibilidades em comparação com a redução significativa ocorrida nas dívidas a terceiros.

2.1.2 Estrutura de custos

Custos ou Perdas		Ano de 2011		Ano de 2012		Ano de 2013	
Contas	Descrição	Valor	%	Valor	%	Valor	%
61	Custo das mercadorias vendidas e das m. consumidas	34.077,58	0,46%	29.722,91	0,37%	4.588,60	0,07%
62	Fornecimentos e serviços externos	1.584.561,20	21,58%	1.782.029,94	22,19%	1.796.156,71	26,72%
63	Transferências e subsídios correntes e prest. sociais	826.583,04	11,25%	825.823,53	10,28%	930.166,57	13,84%
64	Custos com pessoal	2.000.075,00	27,23%	1.838.932,44	22,90%	2.033.625,57	30,25%
65	Outros custos operacionais	130.933,92	1,78%	132.032,38	1,64%	182.295,98	2,71%
66	Amortizações do exercício	1.513.350,79	20,61%	1.463.465,75	18,22%	1.448.472,04	21,55%
67	Provisões do exercício	50.824,43	0,69%	28.481,31	0,35%	17.951,07	0,27%
68	Custos e perdas financeiras	94.268,49	1,28%	70.187,87	0,87%	122.592,12	1,82%
69	Custos e perdas extraordinários	1.109.637,05	15,11%	1.860.202,85	23,16%	186.219,39	2,77%
Total de Custos ou Perdas		7.344.311,50	100,00%	8.030.878,98	100,00%	6.722.068,05	100,00%

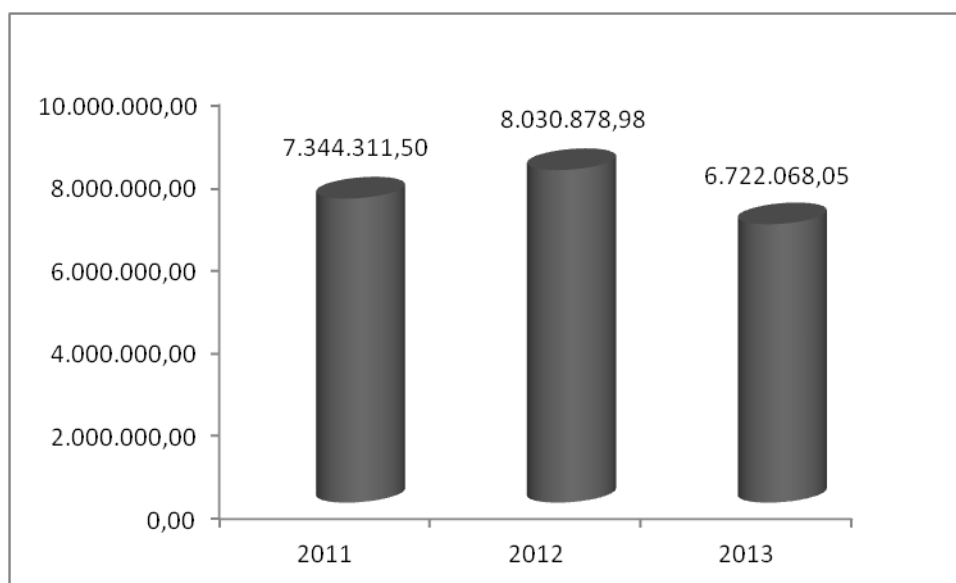
Como verificamos neste quadro, os “Fornecimentos e serviços externos” e os “Custos com pessoal” são os agregados mais representativos dos custos e perdas da autarquia.

Os custos com pessoal sofreram um aumento de 193.316,41€ (+11%), devido à reposição dos dois subsídios (férias e natal) e ao aumento da taxa de contribuição da entidade de 15% para 20%. Com os “FSE - Fornecimentos e serviços externos” existiu um aumento de 14.126,77€, com as “Transferências e subsídios correntes e prestações sociais” (+104.343,04€), com “Outros custos operacionais” (+50.263,60€) e com “Custos e perdas financeiras” (+52.404,25€), este último devido aos juros pagos nos empréstimos transitados da empresa municipal.

As principais variações nos FSE ocorreram na rubrica das “Conservação e Reparação” (+111.308,64€) onde foram classificados custos de regularização dos bens registados no património, referentes a grandes reparações, e, diminuições constatadas com um valor mais expressivo em “Encargos de cobrança de receita” (-68.715,03€), que nos dá, aproximadamente, a variação naquele grupo de custos (Conta 62).

Nas “Transferências e subsídios correntes e prestações sociais” verificou-se um aumento de 104.343,04€, em parte, devido às transferências do IMI para as freguesias.

Relativamente aos Custos e perdas extraordinários, verifica-se uma redução no valor em - 1.673.983,46€, em parte pelo efeito da contabilização de movimentos no ano de 2012 da empresa municipal Vougapark.



2.1.3 Estrutura de proveitos

Proveitos e Ganhos		Ano de 2011		Ano de 2012		Ano de 2013	
Contas	Descrição	Valor	%	Valor	%	Valor	%
71	Vendas e prestações de serviços	252.729,59	2,80%	379.580,63	3,80%	278.193,81	3,09%
72	Impostos e taxas	1.654.283,31	18,32%	1.499.412,45	15,00%	2.001.393,52	22,23%
73	Proveitos suplementares	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
74	Transferências e subsídios obtidos	5.705.229,12	63,19%	5.373.658,82	53,75%	5.433.082,04	60,35%
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
78	Proveitos e ganhos financeiros	348.944,82	3,86%	358.801,73	3,59%	368.897,82	4,10%
79	Proveitos e ganhos extraordinários	1.068.011,00	11,83%	2.385.438,13	23,86%	921.388,76	10,23%
Total de Proveitos e Ganhos		9.029.197,84	100,00%	9.996.891,76	100,00%	9.002.955,95	100,00%

Verificamos neste mapa que a autarquia depende quase exclusivamente dos recursos externos – participação nos impostos do Estado e fundos comunitários – como se pode verificar pelo peso das “transferências e subsídios obtidos” (60%).

Nas “Vendas e prestações de serviços” influenciaram o resultado as seguintes rubricas: venda de Água à AdRA (-14.492,41), a limpeza de fossas (-6.797,92€), os RSU (-58.680,13€), a venda e serviço no Cemitério (-14.945,49€) e os transportes escolares (-5.193,26€).

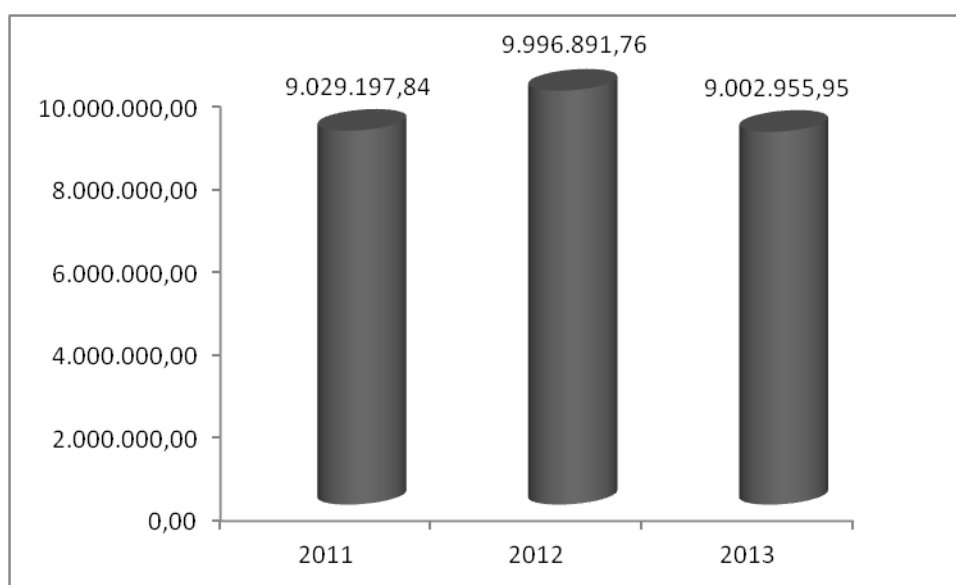
Nos impostos, registou-se um aumento expressivo no IMI (524.059,23€), de igual modo no IUC (68.622,30€) e reduções no IMT (-48.235,19€) e na Derrama (-54.586,52€), como era de prever devido à situação económica da atualidade.

Nas taxas verificou-se uma redução significativa em “Loteamentos e obras” (-11.343,30€), nas taxas de secretaria (-2.058,33€) e nos “Parques de estacionamento” (-2.605,99€).

Nas rubricas de “transferências e subsídios obtidos” verificou-se um aumento razoável em “Fundos e serviços externos” (+51.580,62€), em “Exterior” (+7.338,46€) e em “Outras empresas” (+10.487,09€), e, redução em “Famílias” (-9.285,95€).

Os proveitos financeiros aumentaram 10.096,09€, devido ao aumento da renda de concessão com a EDP (+5.827,09€), ao aumento das rendas de “Outros edifícios” (+4.749,24€) e aumento nos dividendos (+1.037,87€).

Os proveitos e ganhos extraordinários diminuíram -1.464.049,37€, muito pelo efeito de dissolução da empresa municipal.

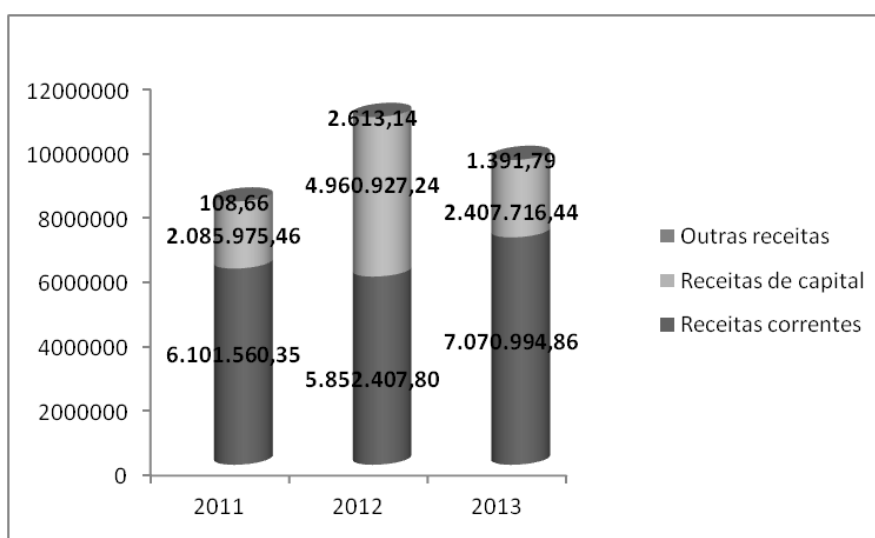


2.2 Situação financeira

2.2.1 Receitas globais

As receitas arrecadadas neste ano, ascenderam a 9.480.103,09 euros (10.815.948,18 euros em 2012), apresentando uma diminuição de -12,35%.

Estrutura da Receita	2011	%	2012	%	2013	%	Variação 2012/2013
Receitas correntes	6.101.560,35	74,5%	5.852.407,80	54,1%	7.070.994,86	74,6%	20,82%
Receitas de capital	2.085.975,46	25,5%	4.960.927,24	45,9%	2.407.716,44	25,4%	-51,47%
Outras receitas	108,66	0,0%	2.613,14	0,0%	1.391,79	0,0%	-46,74%
Receita Total	8.187.644,47	100,00%	10.815.948,18	100,00%	9.480.103,09	100,00%	-12,35%



Apresentamos no quadro seguinte a estrutura das receitas deste ano económico, seguindo-se, com algum detalhe, uma apreciação por rubricas.

Receita	Previsão Inicial	Previsão Final	Execução	%	Variação	
					Valor	%
01 - Impostos diretos	1.480.200,00	1.553.700,00	1.628.966,66	17,18%	75.266,66	4,84%
02 - Impostos indiretos	25.900,00	35.900,00	35.600,33	0,38%	-299,67	-0,83%
04 - Taxas, multas e outras penalidades	51.350,00	58.850,00	63.465,09	0,67%	4.615,09	7,84%
05 - Rendimentos de propriedade	3.050,00	4.550,00	3.691,98	0,04%	-858,02	-18,86%
06 - Transferências correntes	3.618.300,00	4.482.009,07	4.545.728,93	47,95%	63.719,86	1,42%
07 - Venda de bens e serviços correntes	617.850,00	641.850,00	735.482,31	7,76%	93.632,31	14,59%
08 - Outras receitas correntes	53.350,00	60.850,00	58.059,56	0,61%	-2.790,44	-4,59%
Receitas Correntes	5.850.000,00	6.837.709,07	7.070.994,86	74,59%	233.285,79	3,41%
09 - Venda de bens de investimento	45.000,00	50.000,00	21.370,00	0,23%	-28.630,00	-57,26%
10 - Transferências de capital	3.425.550,00	2.560.550,00	2.358.650,14	24,88%	-201.899,86	-7,89%
11 - Ativos financeiros	4.150,00	4.150,00	5.112,68	0,05%	962,68	23,20%
12 - Passivos financeiros	75.150,00	75.150,00	22.583,62	0,24%	-52.566,38	-69,95%
13 - Outras receitas de capital	100,00	100,00	0,00	0,00%	-100,00	-100,00%
Receitas de Capital	3.549.950,00	2.689.950,00	2.407.716,44	25,40%	-282.233,56	-10,49%
15 - Reposições ã abatidas pagamentos	50,00	50,00	1.391,79	0,01%	1.341,79	2683,58%
Outras Receitas	50,00	50,00	1.391,79	0,01%	1.341,79	2683,58%
Totais	9.400.000,00	9.527.709,07	9.480.103,09	100,00%	-47.605,98	-0,50%

Verificou-se que, no ano de 2013, a receita global teve uma diminuição de -1.335.845,09€, em comparação a 2012. As receitas correntes aumentaram 1.218.587,06€, enquanto as receitas de capital tiveram uma diminuição de 2.553.210,80€, em parte, devido à alteração no processamento das transferências da Administração Central, onde o FEF passou a ser distribuído na proporção de 80% para despesas correntes e 20% para receitas de capital, quando antes, era de 60% e 40%, respetivamente. No entanto, essa modificação apenas afetou as receitas correntes e de capital em 868.770,00€. A diferença maior nas receitas de capital deveu-se à variação em “outras receitas de capital” – receitas provenientes da extinção da empresa municipal.

Enquanto o ano de 2012 foi atípico pelo efeito nas receitas desta natureza provocadas pela extinção da empresa municipal, verificamos que as receitas de capital de 2013 foram superiores às de 2011 em 321.740,98 €, apresentando-se como um aspeto positivo.

A redução nas receitas de capital também se prende com o encerramento do QREN. Contudo, mantem-se a esperança em conseguirmos financiamentos extraordinários nesta fase, através da maturidade de projetos que ainda podemos candidatar.

Assim, recorrendo à informação contida nestes documentos e estabelecendo algumas comparações, com os dados publicados na página da autarquia - Prestação de contas de 2012 - constatamos que a receita, nas duas componentes, teve as seguintes variações mais significativas:

2.2.2 Receitas correntes

2.2.2.1 Estrutura das receitas correntes

A receita corrente arrecadada foi de 7.070.994,86€ com uma variação de +1.218.587,06€ / 20,8%.

Receitas Correntes	Execução	%
01 - Impostos diretos	1.628.966,66	23,04%
02 - Impostos Indiretos	35.600,33	0,50%
04 - Taxas, multas e outras penalidades	63.465,09	0,90%
05 - Rendimentos de propriedade	3.691,98	0,05%
06 - Transferências correntes	4.545.728,93	64,29%
07 - Venda de bens e Serviços correntes	735.482,31	10,40%
08 - Outras receitas correntes	58.059,56	0,82%
Totais	7.070.994,86	100,00%

Neste quadro verificamos que, apesar dos impostos diretos terem um peso significativo, o município encontra-se dependente das transferências correntes, as quais apresentam um

peso considerável. Também verificamos que as receitas próprias apresentam um volume muito baixo.

2.2.2.2 Análise nas principais rubricas da receita corrente

01 – Impostos diretos

Verificamos um aumento nos impostos diretos de 197.098,15€, com as principais variações ocorridas nestes impostos¹: IMI (+276.180,78€); IUC (+24.383,56€); IMT (-27.236,03€); Derrama (-76.230,16€). A diminuição no IMT e, em especial, na Derrama, reflete o período de crise sentido neste país e na zona euro.

Apenas o IMI apresentou um aumento muito significativo.

02 – Impostos indiretos

A receita neste grupo teve um aumento de 3.697,97€, sem chegar ao nível de receita arrecadada em 2011 neste agrupamento. O aumento teve origem, particularmente, na rubrica “Loteamentos e obras”.

04 – Taxas, multas e outras penalidades

Neste grupo constatou-se uma diminuição de -4.261,84€/ -6,72%, considerada elevada e com o efeito contrário ao grupo anterior, através de uma redução nas receitas em “Loteamentos e obras” (-8.048,89€) e nos “Serviços de secretaria” (-2.119,47€), compensados com aumentos noutras rubricas deste grupo, designadamente em “Multas e outras penalidades” com 5.513,21€).

05 – Rendimentos de propriedade

Nesta rubrica registamos um ligeiro aumento (+238,65 €), com variações em sentido contrário nos dividendos (+1.037,87€) e nos juros obtidos (-799,22€).

06 – Transferências correntes

As transferências correntes aumentaram +920.246,90€, em parte, como já explicado, devido à alteração decidida superiormente quanto à distribuição do FEF. As demais variações consideradas significativas foram: +81.614,38€ dos “Fundos e serviços autónomos”; +15.360,17€ das “Companhias de seguros”; -33.161,65€ do FEDER (POPH); -10.288,72€ das “Famílias”.

¹ A soma destas variações não corresponde ao aumento indicado, porque não incluímos outras parcelas, sem significado para a análise.

07 – Venda de bens e serviços

A venda de bens e serviços teve um aumento de 7% (+51.535,41€), com uma diminuição de -2.597,08€ na “venda de bens²”, de -41.568,74€ na “venda de serviços” e aumento de +95.701,23€ em “rendas³”, com o maior efeito provocado pelo contrato de concessão da rede de baixa tensão à EDP.

08 – Outras receitas correntes

Este grupo teve um aumento de +50.031,82€, resultante dos acréscimos constatados em “Reposições não abatidas nos pagamentos” (+35.881,03€) e em “Outras receitas correntes” (+14.150,79€) – recuperação de impostos da Vougapark (IRC e IVA).

Desta forma justificamos o aumento absoluto de 1.218.587,06€, nas receitas correntes, e aumento relativo de 20,8%.

O grau de execução financeira das receitas corrente foi de 103,4%⁴, em relação ao orçamento corrigido (melhorando 1,3%).

2.2.3 Receitas de capital

A receita de capital arrecadada foi de 2.407.716,44€ com uma variação de -2.553.210,80€, em parte, influenciada pela transferência de disponibilidades da empresa dissolvida. Como o ano de 2012, nesse aspeto, pode ser considerado atípico, se compararmos a execução de 2013 com 2011 verificamos que teve um aumento de 321.740,98€ o que é muito bom atendendo à redução provocada e já referida nas transferências da DGAL (sem aquela alteração na classificação do tipo de receitas teríamos um aumento muito maior).

2.2.3.1 Estrutura das receitas de capital

Receitas de Capital	Execução	%
09 - Venda de bens de investimento	21.370,00	0,89%
10 - Transferências de capital	2.358.650,14	97,96%
11 - Ativos financeiros	5.112,68	0,21%
12 - Passivos financeiros	22.583,62	0,94%
13 - Outras receitas de capital	0,00	0,00%
Totais	2.407.716,44	100,00%

² CAE, FICAVOUGA, Limpeza de fossas, estacionamento

³ Renda de concessão - EDP

⁴ Mapa de Controlo Orçamental da Receita - pág. 1 (Em 2012 = 102,1%)

Como se verificou nas receitas correntes, as transferências apresentam-se como a principal fonte de receitas desta entidade, limitando a autonomia financeira da autarquia.

Seguidamente, apresentamos a apreciação das variações nos principais agregados das receitas de capital.

2.2.3.2 Análise nas principais rubricas da receita de capital

09 – Venda de bens de investimento

A receita arrecadada foi de 21.370,00€, proveniente da venda de terrenos e equipamento de transporte. Esta receita foi cerca de 50% da arrecadada em 2012 (42.555,69€).

10 – Transferências de capital

Será o grupo com maior significado nas receitas desta natureza, onde foram registados 2.358.650,14€, com menos 819.545,02€ em relação ao valor arrecadado no ano anterior. Esta rubrica subdivide-se, principalmente, da seguinte forma:

- i. 868.770,00€, referente a transferências do Estado;
- ii. 1.489.880,14€, de transferências de programas financiados através de fundos comunitários.

11 – Ativos financeiros

Foram registados 5.112,68€, não havendo uma variação expressiva (-269,49€).

Neste grupo registam-se as receitas provenientes de reembolsos de empréstimos concedidos ao abrigo do programa FINICIA.

12 – Passivos financeiros

Neste capítulo aparecem os valores referentes à utilização de empréstimo no ano económico.

No ano de 2013, foram registados 22.583,62€ de receita arrecadada pela utilização do empréstimo contratualizado com o IFDR para os projetos do centro escolar de Rocas do Vouga (179.326,17€) e arruamentos da regeneração urbana (45.167,23€). Tratou-se da última tranche deste financiamento obtido.

15 – Outras receitas de capital

Foram registados apenas 1.391,79€ de reposições não abatidas nos pagamentos.

Portanto, as receitas de capital arrecadadas no ano de 2013, foram de 2.407.716,44€, quando no ano transato foram de 4.960.927,24€, correspondendo a uma variação de - 2.553.210,80€, sem considerarmos “Outras receitas”.

O grau de execução financeira das receitas de capital foi de 89,5%⁵, em relação ao orçamento corrigido.

Em termos globais, a realização da receita atingiu 80,3%⁶, traduzindo-se num bom indicador em termos de equilíbrio orçamental.

2.2.4 Evolução da receita

Estrutura da Receita	2012	2013	Variação
Receitas Correntes			
01 - Impostos diretos	1.431.868,51	1.628.966,66	197.098,15
02 - Impostos indiretos	31.902,36	35.600,33	3.697,97
04 - Taxas, multas e outras penalidades	67.726,93	63.465,09	-4.261,84
05 - Rendimentos de propriedade	3.453,33	3.691,98	238,65
06 - Transferências correntes	3.625.482,03	4.545.728,93	920.246,90
07 - Venda de bens e serviços correntes	683.946,90	735.482,31	51.535,41
08 - Outras receitas correntes	8.027,74	58.059,56	50.031,82
Subtotal	5.852.407,80	7.070.994,86	1.218.587,06
Receitas de Capital			
09 - Venda de bens de investimento	42.555,69	21.370,00	-21.185,69
10 - Transferências de capital	3.178.195,16	2.358.650,14	-819.545,02
11 - Ativos financeiros	5.382,17	5.112,68	-269,49
12 - Passivos financeiros	224.493,40	22.583,62	-201.909,78
13 - Outras receitas de capital	1.510.300,82	0,00	-1.510.300,82
Subtotal	4.960.927,24	2.407.716,44	-2.553.210,80
Outras Receitas			
15 - Reposições ã abatidas pagamentos	2.613,14	1.391,79	-1.221,35
Subtotal	2.613,14	1.391,79	-1.221,35
Total da Receita	10.815.948,18	9.480.103,09	-1.335.845,09

Este quadro permite uma leitura facilitada da evolução das receitas nos principais agrupamentos. As variações já foram abordadas nos pontos anteriores.

Julgamos que os dados apresentados refletem uma gestão coerente e que se traduz numa capacidade financeira adequada da autarquia (em termos de tesouraria) para fazer face aos diversos compromissos que são assumidos. Apenas se desejava um desempenho melhor ao nível das receitas próprias, para a autarquia não depender tanto da administração central e dos impostos municipais.

⁵ Mapa de Controlo Orçamental da Receita - pág. 4 (Em 2012 = 108,8%) – Sem a verba da empresa municipal a taxa de execução seria de 73,8%.

⁶ Mapa de Controlo Orçamental da Receita - pág. 6 (Em 2012 = 101,6%)

2.2.5 Rácios da Receita

Indicadores da Estrutura da Receita	2012	2013	Variação 2012/2013
Receitas próprias/Receita total	34,95%	26,85%	-8,10%
Impostos locais/Receita total	13,24%	17,18%	3,94%
Venda de bens de investimento/Receita total	0,39%	0,23%	-0,17%
Transferências/Receita total	62,90%	72,83%	9,93%
Passivos financeiros/Receita total	2,08%	0,24%	-1,84%

Pela análise destes dados, confirmam-se as transferências como o principal recurso da autarquia.

Continua-se a verificar uma redução nos recursos próprios, influenciada pela redução em “Outras receitas de capital”. Em 2012, provenientes da partilha dos bens da Vougapark.

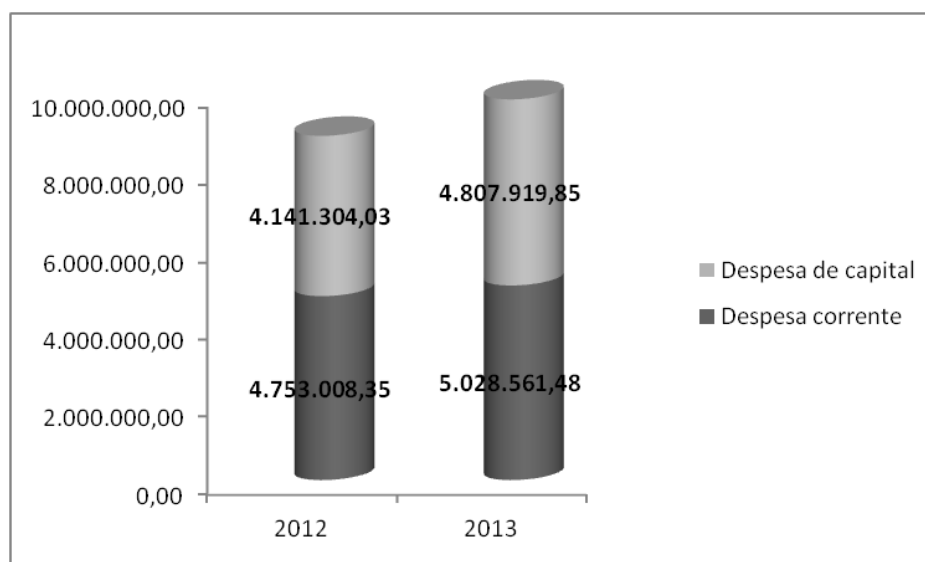
2.3 Despesas globais

A despesa neste ano, ascendeu a **9.836.481,33** euros (**8.894.312,38** euros em 2012), representando um aumento de 10,6%.

A despesa foi distribuída em 51,1% por despesas correntes e 48,9% em despesas de capital, respeitando nominalmente a 5.028.561,48€ e 4.807.919,85€, respetivamente, com aumentos nos dois grupos da despesa.

Comparando com 2012, verificamos, um aumento de 942.168,95€ nas Despesas Totais, distribuída como se representa no seguinte mapa.

Despesa	2012	%	2013	%	Varição	%
Despesa corrente	4.753.008,35 €	53,44%	5.028.561,48 €	51,12%	275.553,13 €	5,80%
Despesa de capital	4.141.304,03 €	46,56%	4.807.919,85 €	48,88%	666.615,82 €	16,10%
Despesa Total	8.894.312,38 €	100,00%	9.836.481,33 €	100,00%	942.168,95 €	10,59%



No próximo ponto faremos uma análise à evolução destes dois grupos.

2.3.1 Execução da despesa

Seguidamente, apresentamos o resumo da execução das despesas segundo as principais rubricas para compreendermos melhor o resultado assinalado.

Estrutura da Despesa	2011	2012	2013	Variação	%
Despesas Correntes					
01 - Despesas com o pessoal	2.092.536,23	1.849.809,81	1.958.639,41	108.829,60	5,88%
02 - Aquisição de bens e serviços	1.539.510,67	1.721.879,15	1.832.493,82	110.614,67	6,42%
03 - Juros e outros encargos	56.951,81	56.353,67	93.262,36	36.908,69	65,49%
04 - Transferências correntes	936.637,69	952.570,37	917.358,18	-35.212,19	-3,70%
06 - Outras despesas correntes	222.755,54	172.395,35	226.807,71	54.412,36	31,56%
Subtotal	4.848.391,94	4.753.008,35	5.028.561,48	275.553,13	5,80%
Despesas de Capital					
07 - Aquisição de bens de capital	2.787.767,76	3.360.403,58	2.324.896,98	-1.035.506,60	-30,81%
08 - Transferências de capital	149.652,35	305.323,96	149.091,57	-156.232,39	-51,17%
09 - Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
10 - Passivos financeiros	543.245,71	475.576,49	2.325.808,02	1.850.231,53	389,05%
11 - Outras despesas de capital	3.457,83		8.123,28	8.123,28	0,00%
Subtotal	3.484.123,65	4.141.304,03	4.807.919,85	666.615,82	16,10%
Totais	8.332.515,59	8.894.312,38	9.836.481,33	942.168,95	10,59%

2.3.2 Execução da despesa corrente

01 – Despesas com pessoal

Apresentam um aumento de 108.829,60€⁷, com o maior efeito provocado pela reposição dos subsídios de férias e de natal (+90.432,83€) nas “remunerações certas e permanentes”, mais o aumento constatado nos encargos com a segurança social (+59.263,96€) e reduções nos encargos com pessoal contratado por tempo determinado (-42.171,58€) e nos abonos variáveis ou eventuais (-3.947,59€) no trabalho extraordinário).

02 – Aquisição de bens e serviços

Verificou-se um aumento nas despesas desta natureza (+110.614,67€), com um aumento de 6,4%, assim distribuído:

- iii. Aquisição de bens: +142.422,57€;
- iv. Aquisição de serviços: -31.807,90€
- v. A aquisição de bens foi influenciada com o aumento nos pagamentos de energia elétrica e os serviços com reduções mais significativas nos transportes (-64.925,62€), na assistência técnica (-23.199,05€), nos encargos de cobrança (-17.927,68€) e em outros serviços (-23.737,15€), contrariadas com um aumento em outros trabalhos especializados (+56.667,77€), designadamente nas ações

⁷ Em 2012 = -242.726,42€

financiadas e denominadas “Galerias Ripícolas” e que constam do plano de atividades.

No entanto, será mais adequado analisar a evolução dos custos - Relatório de Gestão Patrimonial - para aferirmos qual a evolução dos encargos desta natureza.

03 – Juros e outros encargos

Sofreram um aumento elevado por efeito da transferência dos empréstimos da empresa municipal. Estes encargos passaram de 56.353,67€ (em 2012) para 93.262,36€ (em 2013), mais 65,5%. Mas, terá a tendência em reduzir pelo facto de termos efetuado a amortização extraordinária.

04 – Transferências correntes

As transferências correntes diminuíram 35.212,19€ (-3,7%), mas apresentam mesmo assim um valor expressivo. Esta despesa anda próximo de um milhão de euros. E se considerarmos o facto de termos deixado de transferir verbas para a empresa municipal (de 121.990,06€ em 2012), significa que foram aumentadas as transferências para outras entidades como iremos ver no quadro seguinte.

T. Corrente/Tipo de Entidade	Classificação	2012	2013	Variação	%
Empresa municipal	04.01.01.01	121.990,06	0,00	-121.990,06	-100,00%
Freguesias	04.05.01.02	120.303,84	122.138,29	1.834,45	1,52%
Associações de municípios	04.05.01.04	41.569,70	77.748,31	36.178,61	87,03%
Instituições sem fins lucrativos	04.07.01	346.362,22	423.653,61	77.291,39	22,32%
Famílias	04.08.02	317.512,55	288.985,97	-28.526,58	-8,98%

Verificou-se um maior aumento nas transferências realizadas para a comunidade intermunicipal (CIRA) e para as coletividades, bem como, um pequeno aumento nas transferências para as freguesias. Os demais agregados sofreram diminuições, designadamente nas “famílias” – cujos incentivos escolares não sofreram qualquer redução, apenas um ajustamento no universo das famílias sujeitas a pagamento das componentes, em função do escalão de rendimentos.

06 - Outras despesas correntes

Nesta rubrica da despesa, classificam-se os encargos relacionados com atividades evidenciadas no Plano de Atividades – FICAVOUGA, Festas Natalícias e Passeio dos Idosos, em termos globais, aumentou 54.412,36€.

2.3.3 Execução da Despesa de Capital

As despesas desta natureza aumentaram 16,1% (+666.615,82€), por influência da amortização extraordinária. Seguidamente evidenciam-se as variações nas rubricas agregadoras:

Estrutura da Despesa	2012	2013	Variação	%	Justificação
07 - Aquisição de bens de capital	3.360.403,58	2.324.896,98	-1.035.506,60	-30,81%	Investimentos
08 - Transferências de capital	305.323,96	149.091,57	-156.232,39	-51,17%	
10 - Passivos financeiros	475.576,49	2.325.808,02	1.850.231,53	389,05%	Amortizações
11 - Outras despesas de capital	0,00	8.123,28	8.123,28	0,00%	Restituições

Em “aquisição de bens de investimento” as principais variações ocorreram em “viadutos, arruamentos e obras complementares”, onde houve uma redução de 1.280.744,82€, devido à conclusão das obras de “Regeneração urbana”, mais a redução de -690.377,83€ em “edifícios”, devido à conclusão física e financeira dos dois centros escolares. De forma diferente, constataram-se aumentos nos pagamentos em “viação rural” (+227.481,48€), em “outras – pista ciclável” (+335.157,28€), nas “instalações de serviços” (+92.476,84€) e na aquisição de equipamento básico (85.200,23€).

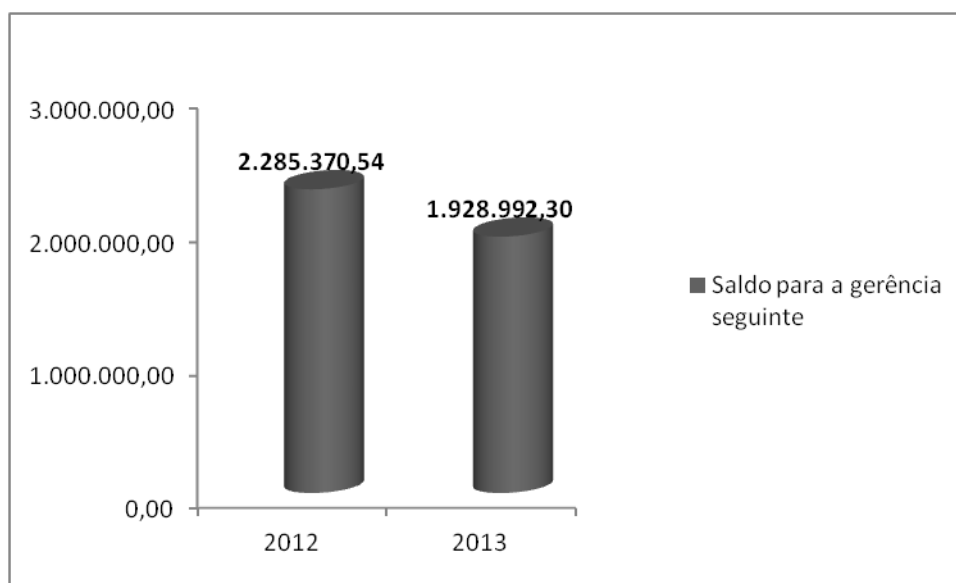
Nas “transferências de capital” verificaram-se reduções em todas as rubricas, em parte, por termos liquidado grande parte dos compromissos assumidos com as diversas entidades, relativamente a apoios destinados ao investimento.

T. Corrente/Tipo de Entidade	Classificação	2012	2013	Variação	%
Empresa municipal	08.01.01.01	75.000,00	0,00	-75.000,00	-100,00%
Freguesias	08.05.01.02	85.229,30	71.161,00	-14.068,30	-16,51%
Associações de municípios	08.05.01.04	12.589,72	3.615,29	-8.974,43	-71,28%
Instituições sem fins lucrativos	08.07.01	123.504,94	74.315,28	-49.189,66	-39,83%
Outras entidades	08.08.02	9.000,00	0,00	-9.000,00	-100,00%

2.3.4 Saldo da gerência - orçamental

As disponibilidades financeiras do Município de Sever do Vouga, colocadas à disposição do executivo na gerência de 2013, foram as seguintes.

Saldo de Gerência	2012	2013
Saldo da gerência anterior (+)	363.734,74	2.285.370,54
Receita cobrada na gerência (+)	10.815.948,18	9.480.103,09
Despesa efectuada na gerência (-)	8.894.312,38	9.836.481,33
Saldo que transita para a gerência seguinte (=)	2.285.370,54	1.928.992,30



2.3.5 Poupança corrente

Poupança Corrente	2012	2013
Receitas correntes	6.101.560,35	7.070.994,86
Despesas correntes	4.753.008,35	5.028.561,48
Diferença (Poupança Corrente)	1.348.552,00	2.042.433,38

A poupança corrente aumentou 51,45% (+693.881,38 €), não pelo efeito da redução nas despesas correntes que aumentaram 40,6% (+275.553,13 €), mas por causa do aumento nas receitas correntes (+969.434,51 €), devido à alteração já explicada antes sobre a distribuição das transferências da administração central.

No entanto, um aspeto positivo há que sublinhar, relacionado com o facto de existir sempre poupança corrente todos os anos, que se traduz no cumprimento do equilíbrio orçamental corrente.

Esta poupança habitualmente é utilizada no investimento, ou seja, serve para compensar o desvio constatado na arrecadação das receitas de capital.

2.3.6 Relação receitas e despesas de capital

Capital - Receitas/Despesas	2012	2013
Receitas de Capital	2.085.975,46	2.407.716,44
Despesas de Capital	4.141.304,03	4.807.919,85
Diferença	-2.055.328,57	-2.400.203,41



Ao compararmos a receita com a despesa da mesma natureza, verifica-se que há um saldo negativo o que significa ter sido necessário recorrer à poupança corrente⁸ neste ano económico.

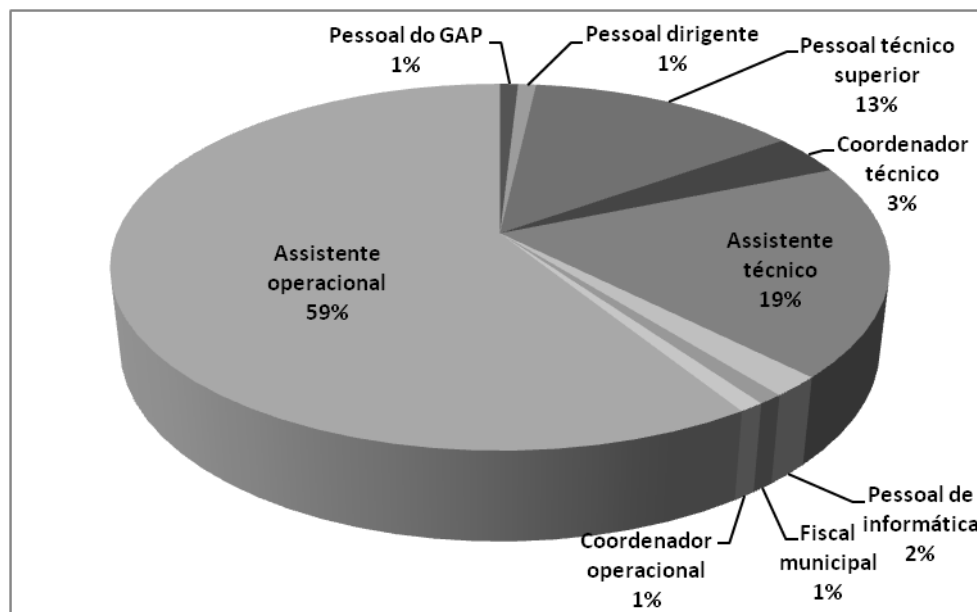
⁸ Poupança Corrente = Receita Corrente – Despesa Corrente

3 Recursos humanos

A 31 de Dezembro de 2013, eram **112** o número de trabalhadores ao serviço da autarquia, distribuídos pelos seguintes vínculos:

- i. Contrato por tempo indeterminado⁹ - 111
- ii. Contrato por tempo determinado (Termo Certo) - 1

Grupo - Pessoal	2012				2013				Variação			
	Comissão de Serviço	Tempo Indeterminado	Tempo Determinado	Pessoal qualquer outra situação *	Comissão de Serviço	Tempo Indeterminado	Tempo Determinado	Pessoal qualquer outra situação *	Comissão de Serviço	Tempo Indeterminado	Tempo Determinado	Pessoal qualquer outra situação *
Pessoal do GAP				1				1				
Pessoal dirigente	1				1							
Pessoal técnico superior		14	1			14	1					
Coordenador técnico		4				4						
Assistente técnico		21	1			21					-1	
Pessoal de informática		2				2						
Fiscal municipal		1				1						
Fiscal de obras												
Coordenador operacional		1				1						
Assistente operacional		66				66						
Subtotal	1	109	2	1	1	109	1	1			-1	
Totais		113				112				-1		



⁹ Inclui Comissão de Serviço (Diretor) e Pessoal em qualquer outra situação (GAP).

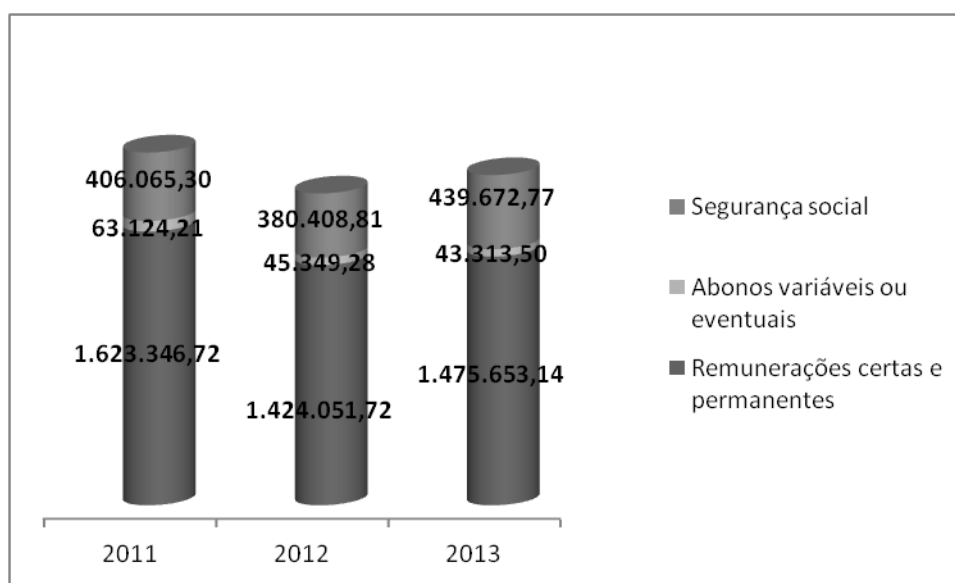
A redução deveu-se aos seguintes motivos:

- i. Aposentação ou morte - 1

A despesa total da rubrica de Pessoal atingiu o montante de 1.958.639,41€, mais 5,88% do que o valor despendido em 2012 (1.849.809,81€), apresentando uma variação diferente à dos anos anteriores, porque apresenta um aumento.

Indicadores de Pessoal	2011	2012	2013	Variação
Despesa corrente	43,16%	38,92%	38,95%	0,03%
Despesa total	25,11%	20,80%	19,91%	-0,89%
Receita corrente	34,30%	31,61%	27,70%	-3,91%
Receita total	25,56%	17,10%	20,66%	3,56%

Os dados do quadro anterior evidenciam uma variação pouco significativa das despesas com pessoal relativamente ao total das despesas correntes e uma ligeira diminuição em relação à despesa global da autarquia.



Classificação	Rúbricas	Despesa			Variação 2012/2013
		2011	2012	2013	
01	Despesas com o pessoal	2.092.536,23	1.849.809,81	1.958.639,41	5,88%
01.01	Remunerações certas e permanentes	1.623.346,72	1.424.051,72	1.475.653,14	3,62%
01.01.01	Titulares de órgãos de soberania e membros ...	121.737,12	86.405,04	92.679,71	
01.01.02	Órgãos sociais	0,00	0,00	0,00	
01.01.04.01	Pessoal dos quadros - R. da função pública	943.690,91	975.658,90	973.090,88	
01.01.04.04	Recrutamento pessoal para novos postos trabalho	48.442,41	17.501,56	7.603,17	
01.01.05	Pessoal para além dos quadros	0,00	0,00	0,00	
01.01.06	Pessoal contratado a termo	87.751,07	50.706,67	8.535,09	
01.01.06.01	Pessoal contratado a termo certo	80.542,19	50.706,67	8.535,09	
01.01.06.02	Recrutamento pessoal para novos postos trabalho	7.208,88	0,00	0,00	
01.01.07	Pessoal em regime de tarefa ou avença	11.632,00	1.700,00	1.476,00	
01.01.08	Pessoal aguardando aposentação	79,90	4.796,37	3.934,69	
01.01.09	Pessoal em qualquer outra situação	21.528,90	18.133,92	39.023,90	
01.01.10	Gratificações	0,00	0,00	0,00	
01.01.10.01	Membros dos órgãos autárquicos	0,00	0,00	0,00	
01.01.10.02	Pessoal dos quadros	0,00	0,00	0,00	
01.01.10.03	Outros	0,00	0,00	0,00	
01.01.11	Representação	31.763,49	31.763,64	31.580,91	
01.01.11.03	Outros	0,00	0,00	0,00	
01.01.12	Suplementos e prémios	0,00	0,00	0,00	
01.01.13	Subsídio de refeição	118.735,89	115.287,72	111.865,25	
01.01.14	Subsídios de férias e natal	215.762,34	100.289,97	190.722,80	
01.01.15	Remunerações por doença e mat. / pat.	22.222,69	21.807,93	15.140,74	
01.02	Abonos variáveis ou eventuais	63.124,21	45.349,28	43.313,50	-4,49%
01.02.01	Gratificações variáveis	0,00	0,00	0,00	
01.02.02	Horas extraordinárias	27.185,13	20.925,03	16.977,44	
01.02.03	Alimentação e alojamento	0,00	0,00	0,00	
01.02.04	Ajudas de custo e prémios	2.962,00	1.820,89	1.146,92	
01.02.05	Abono para falhas	4.918,99	5.499,60	5.435,97	
01.02.06	Formação	0,00	0,00	0,00	
01.02.07	Colaboração técnica e especializada	0,00	0,00	0,00	
01.02.08	Subsídios e abonos de fixação, residência e aloj.	0,00	0,00	0,00	
01.02.09	Subsídio de prevenção	0,00	0,00	0,00	
01.02.10	Subsídio de trabalho nocturno	0,00	0,00	0,00	
01.02.11	Subsídio de turno	0,00	0,00	0,00	
01.02.12	Indemnizações por cessação de funções	13.017,17	1.170,00	5.467,33	
01.02.13	Outros suplementos e prémios	15.040,92	15.933,76	14.285,84	
01.02.14	Outros abonos em numerário e espécie	0,00	0,00	0,00	
01.03	Segurança social	406.065,30	380.408,81	439.672,77	15,58%
01.03.01	Encargos com a saúde	120.278,15	132.153,70	103.661,99	
01.03.02	Outros encargos com a saúde	0,00	0,00	0,00	
01.03.03	Subsídio familiar a crianças e jovens	12.551,26	10.692,83	9.640,10	
01.03.04	Outras prestações familiares	713,76	475,84	37.571,27	
01.03.05.01	Assistência doença func. públicos (adse)	286,25	276,25	243,75	
01.03.05.02	Contribuições para a segurança social	245.450,72	217.657,09	278.538,44	
01.03.05.02.01	Caixa geral de aposentações	163.000,82	140.951,82	191.427,87	
01.03.05.02.02	Segurança social - regime geral	82.449,90	76.705,27	87.110,57	
01.03.05.02.03	Outros	0,00	0,00	0,00	
01.03.06	Acidentes em serviços e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	
01.03.07	Pensões de reserva	0,00	0,00	0,00	
01.03.08	Outras pensões	10.683,14	3.426,46	0,00	
01.03.09	Seguros	16.102,02	15.726,64	10.017,22	
01.03.09.01	Seguro acidentes trabalho e doenças profissionais	16.102,02	15.726,64	10.017,22	
01.03.10	Outras despesas de segurança social	0,00	0,00	0,00	

3.1 Limites dos encargos com o pessoal

No atual quadro legislativo não há uma norma que estabeleça um limite direto para os encargos com pessoal, apenas quanto ao equilíbrio corrente.

O orçamento de Estado para 2013 apenas definia regras quanto ao recrutamento de novos trabalhadores, impondo uma redução de 1% para esta autarquia, cumprida como se pode ver no quadro da página 20.

No entanto, ao longo do ano de 2013 sempre fizemos a avaliação da evolução desses encargos, para reporte da mesma à DGAL.

4 Endividamento e evolução das dívidas de curto, médio e longo prazo

Embora a Lei das Finanças Locais – Lei n.º 2/2007 tenha sido revogada pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, como esta última apenas entrou em vigor no dia 01/01/2014, e ter deixado de existir o conceito de endividamento líquido, cujo estudo passou a ser feito em função de um conceito diferente que é a dívida, consideramos que deveríamos manter, apenas para este documento, o estudo do endividamento autárquico nos três limites definidos por aquele diploma revogado – dívidas de curto prazo, dívidas de médio e longo prazo e endividamento líquido.

4.1 Dívidas de curto prazo

A Câmara encerrou a gerência de 2013 com dívidas a curto prazo reconhecidas num total de 246.685,55€, referentes a encargos assumidos e não pagos registados até 31/12/2012, assim distribuídos:

Estrutura da Dívida de Curto Prazo	Total	Até 60 dias	Até 90 dias	Até 180 dias	> 180 dias
22.1 - Fornecedores c/c	13.220,15	13.220,15	0,00	0,00	0,00
22.8 - Fornecedores - faturas receção e conferência	124.255,87	124.255,87	0,00	0,00	0,00
26.1.1 - Fornecedores de imobilizado c/c	52.441,60	52.441,60	0,00	0,00	0,00
26.1.8 - Fornecedores de imobilizado - faturas receção e	24.079,95	24.079,95	0,00	0,00	0,00
26.8 - Outros credores	32.687,98	32.687,98	0,00	0,00	0,00
Totais	246.685,55	246.685,55	0,00	0,00	0,00

Surge, portanto, o primeiro limite¹⁰ a apreciar nos termos do n.º 9, do art.º 38º da L.F.L., como se exemplifica no seguinte quadro.

Limite	Dívida	1/3
22.1 - Fornecedores	13.220,15	4.406,72
26.1.1 - Fornecedores de imobilizado	52.441,60	17.480,53
26.8 - Outros credores	32.687,98	10.895,99

Como se pode constatar não há dívidas com prazo superior a seis meses. Portanto, respeita-se este limite.

4.2 Evolução do endividamento – médio e longo prazos

No decurso da gerência foi efetuada a última utilização do empréstimo contratado com o IFDR para a “Regeneração urbana”, recebendo o município o valor de 22.583,62€.

¹⁰ No caso de débitos a terceiros que ultrapassem, **por credor ou fornecedor**, em 31 de Dezembro de cada ano, **um terço** do montante global dos **créditos de idêntica natureza** e que exista **há mais de seis meses**, deve a câmara municipal apresentar à assembleia municipal, juntamente com as contas anuais, uma informação fundamentada e um plano de resolução do referido crédito, no período de um ano, nunca ultrapassando o final do mandato dos referidos órgãos autárquicos.

Durante o ano económico de 2013, registaram-se os seguintes pagamentos referentes aos empréstimos de médio e longo prazo:

- i. juros no montante de 89.131,81€; e
- ii. amortizações no montante de 2.325.808,02€.

Em relação às amortizações sublinhamos três situações distintas, conforme se apresenta no quando seguinte.

Amortizações contratuais	683.351,58
Amortização extraordinária (artigo 96º da LOE/2013)	216.500,00
Amortização extraordinária (facultativa)	1.425.956,44
Totais	2.325.808,02

Neste ano económico de 2013, e no endividamento de médio e longo prazo, ocorreram os seguintes movimentos, apresentando no final do ano o saldo indicado (empréstimos).

Movimentos/Saldo - Dívida de MLP	Valor
Dívida mlp inicial	6.197.128,84
Aumento da dívida mlp – empréstimos	22.583,62
Diminuição da dívida mlp – amortizações	2.325.808,02
Saldo da Dívida MLP	3.893.904,44

Surge, agora, o segundo limite¹¹ a apreciar nos termos do n.º 2, do art.º 39º da L.F.L., como se exemplifica.

$$\sum \text{Empréstimos} \leq \sum \text{Receitas (Impostos Municipais, FEF, participação no IRS, dividendos e derrama)}$$

Para cálculo do segundo e terceiro limites de endividamento, teremos de considerar a receita líquida do ano anterior.

¹¹ Art.º 39º n.º 2 - O montante da dívida de cada município referente a empréstimos a médio e longo prazos não pode exceder, em 31 de Dezembro de cada ano, a soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS referida na alínea c) do n.º 1 do artigo 19.º, da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local e da derrama, relativas ao ano anterior.

Receitas Municipais	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e restituições pagos	Receita cobrada líquida	Observações
Total de Impostos Municipais*	1.211.589,79	95.437,99	1.116.151,80	* Valores anuais, os quais devem corresponder aos inscritos no formulário "Receitas Municipais", relativo a 2012.
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	806.762,18	70.786,23	735.975,95	** Inclui o montante de receitas eventualmente arrecadadas a título do antigo Imposto Municipal sobre Veículos (IMV).
Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)	187.357,95	19.215,05	168.142,90	
Imposto Único de Circulação (IUC)**	217.469,66	5.436,71	212.032,95	
Contribuição Autárquica			0,00	
Imposto Municipal de Sisa			0,00	
Derrama*	220.278,72		220.278,72	
Total de Impostos Municipais e Derrama*	1.431.868,51	95.437,99	1.336.430,52	(A)
Receitas arrecadadas a título de participação nos resultados das entidades do sel*	-	-		(B)
FEF+ IRS (mapa XIX do orçamento do estado para 2013)	-	-	4.590.857,00	(C)
Total de receitas a considerar para efeitos de cálculo dos limites de endividamento	-	-	5.927.287,52	(D) = (A) + (B) + (C)
Limite ao endividamento de curto prazo	-	-	592.728,75	(E) = 10% x (D)
Limite ao endividamento de médio e longo prazos	-	-	5.927.287,52	(F) = 100% x (D)
Limite ao endividamento líquido	-	-	7.409.109,40	(G) = 125% x (D)

Sabendo-se que o endividamento de médio e longo prazo não pode ser superior a **5.927.287,52€**, por comparação com a dívida acima indicada de **3.893.904,44€¹²**, nos termos da Lei das Finanças Locais, conclui-se que há uma margem de **2.033.383,08€**.

Quer isto dizer que, no contexto desta norma, teria o município a possibilidade de contrair empréstimos até ao valor da margem.

4.3 Endividamento total (2011/2012/2013)

Endividamento Total	2011	2012	2013	%
Médio e Longo Prazo				
Empréstimos	3.213.891,55	6.197.128,84	3.893.904,44	-37,17%
Fornecedores de imobilizado mlp	68.842,98	58.365,26	48.810,48	-16,37%
Subtotal	3.282.734,53	6.255.494,10	3.942.714,92	-36,97%
Curto Prazo				
Empréstimos de curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00%
Fornecedores e outros credores	1.379.646,20	350.607,81	246.685,55	-29,64%
Subtotal	1.379.646,20	350.607,81	246.685,55	-29,64%
Totais	4.662.380,73	6.606.101,91	4.189.400,47	-36,58%

O endividamento total diminuiu devido às três amortizações extraordinárias e à redução nas dívidas a "Fornecedores e outros credores".

4.4 Endividamento líquido

Agora, resta efetuar uma apreciação com base neste conceito – do endividamento líquido - considerado neste documento como o terceiro limite¹³ a ponderar no âmbito daquela Lei das Finanças Locais.

¹² Sem dedução dos empréstimos excecionados (Senão, a dívida seria de 6.065.675,97€ e o excesso de apenas 78.825,08€)

¹³ At.º 36º, n.º 1 - O montante de endividamento líquido municipal, compatível com o conceito de necessidade de financiamento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC95), é equivalente à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma,

$$\text{Endividamento Líquido} = \sum \text{Passivos} - \sum \text{Ativos}$$

$$\sum \text{Passivos} = \sum (\text{empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores})$$

$$\sum \text{Ativos} = \sum (\text{saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros})$$

Nos termos do art.º 37.º o endividamento líquida com referência a 31 de Dezembro de cada ano, não poderá ser superior a 125% do somatório das Receitas indicadas e calculadas no ponto 5.2. da página anterior.

$$\text{Limite [Endividamento Líquido} \leq 125\% (\sum \text{Receitas})]$$

Assim, no final do ano de 2013, o Limite de Endividamento Líquido admitido nos termos da Lei das Finanças Locais, para esta autarquia, seria de 7.409.109,40€, assim calculado.

Limite ao endividamento líquido	5.927.287,52	X 125 %	7.409.109,40
----------------------------------------	---------------------	----------------	---------------------

Embora a Lei das Finanças Locais estabeleça regras quanto ao endividamento da autarquia, sabemos que, devido à conjuntura económica da atualidade, outras regras mais rígidas foram impostas através da Lei do Orçamento de Estado para 2013 - Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro - que no seu art.º 98º refere que “o limite de endividamento líquido de cada município para 2013, tendo em vista assegurar uma variação global nula do endividamento líquido municipal no seu conjunto”, calculado nos termos da LFL¹⁴, não podia exceder o “limite de endividamento líquido de 2012”.

Com base nos dados disponíveis, o endividamento líquido sofreu a seguinte evolução, tendo reduzido em 2013 o valor de 1.936.904,00€.

31-12-2012	1.936.904,00
31-12-2013	0,00
Diferença	-1.936.904,00

O resultado do endividamento líquido em 31/12/2013 apresentava um valor dos ativos e direitos superior ao valor total dos passivos e obrigações pelo que deverá considerar-se como nulo o endividamento da autarquia naquela data.

incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos ativos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros.

¹⁴ Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis n.os 22 -A/2007, de 29 de Junho, 67 -A/2007, de 31 e Dezembro, e 3 -B/2010, de 28 de Abril

4.5 Dívida

O novo regime financeiro das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, veio acabar com o conceito de endividamento líquido e trazer para a esfera jurídica e económica o conceito de dívida, estabelecendo limites à dívida total, que engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e os restantes débitos a terceiros (fornecedores e outros credores).

À dívida do município acresce a dívida das entidades participadas, na respetiva proporção e calculada e acrescida de acordo com o previsto no art.º 54º.

Esse limite “não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores (n.º 1 art.º 52º).

4.5.1 Limite da dívida

O limite da dívida total será determinado em função da média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios anteriores.

Para 31/12/2013, vamos considerar os dados dos anos de 2010, 2011 e 2012.

Cálculo do Limite da Dívida		2010	2011	2012
Receita corrente líquida arrecadada	(A)	5.968.539,08	6.045.527,60	5.756.969,81
Receita corrente líquida arrecadada média	(B)	5.923.678,83		
Valor do Limite	(C) = 1,5 * (B)	8.885.518,25		

No quadro seguinte apresentamos o valor da dívida total do município considerada para efeitos do limite da dívida total.

Município Sever do Vouga			Valor da Dívida
Dívidas a terceiros mlp e de curto prazo - orçamentais			4.189.400,47
Subtotal 1 (Dívida a terceiros mlp e de curto prazo a considerar)			4.189.400,47
Associações	Dívida (31/12/2013)	Participação	Valor a crescer
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses			438,00
CIRA - Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro	7.948.783,64	3,52%	279.797,18
AGIM - Associação para a Gestão, Modernização e Modernização do Centro Urbano da Vila de Sever do Vouga	192.580,36	54,36%	104.688,09
ADRIAG - Associação de Desenvolvimento Rural e Integrado das Serras de Montemuro, Arada e Gralheira	337.412,31	1,59%	5.371,69
ABAP - Associação Beira Atlântico Parque	1.631.066,11	0,20%	3.322,79
Subtotal 2 (Soma da parte proporcional das dívidas de associações)			393.617,75
Sociedades	Passivo	Participação	Valor a crescer
ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, SA	21.825.804,00	0,63%	137.502,57
ADRA - Águas da Região de Aveiro, SA	214.447.430,89	0,05%	107.223,72
CCAM - Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Albergaria e Sever, CRL	39.655.477,00	0,01%	4.591,56
MUNICIPA - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA	1.318.720,83	0,15%	1.978,08
WRC - Web para a Região Centro, Agência de Desenvolvimento Regional, SA	106.998,89	0,18%	192,60
Subtotal 3 (Soma da parte proporcional das dívidas de sociedades)			251.488,52
Total da dívida para efeitos do limite (art.º 54º da Lei n.º 73/2013, de 3/9)			4.834.506,74

Depois de calculado o limite da dívida (8.885.518,25 €) e o total da dívida para efeitos do limite (4.834.506,74 €), obtemos por diferença a margem disponível (4.051.011,51 €).



Sabendo-se que, para os municípios que cumpram o limite, só podem aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível, então, para o ano de 2014, a dívida deste município não poderá aumentar mais do que 810.202,30€

Com os dados apresentados em cima verificamos que a dívida total do município representa apenas 54% do limite, pelo que a dívida encontra-se dentro de um valor aceitável e não carecendo de qualquer medida de curto prazo.

5 Grandes opções do plano - análise

5.1 Execução das grandes opções do plano

No quadro seguinte, apresenta-se uma relação das despesas efetuadas no âmbito das Grandes Opções do Plano, por funções, reportadas a 31/12/2013.

Execução da GOP	PPI	PAM	GOP	%
1. - Funções Gerais	96.619,05	0,00	96.619,05	1,89%
1.1. – Serviços Gerais da Administração Pública	96.619,05	0,00	96.619,05	1,89%
1.1.1. – Administração Geral	96.619,05	0,00	96.619,05	1,89%
1.2. – Segurança e Ordem Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00%
1.2.1. – Proteção Civil e Luta contra Incêndios	0,00	0,00	0,00	0,00%
2. - Funções Sociais	622.611,73	90.769,62	713.381,35	13,96%
2.1. - Educação	13.417,51	0,00	13.417,51	0,26%
2.1.1. – Ensino não Superior	13.417,51	0,00	13.417,51	0,26%
2.1.2. – Serviços auxiliares de ensino	0,00	0,00	0,00	0,00%
2.2. - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00%
2.2.1. - Serviços individuais de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00%
2.3. – Segurança e Ação Social	86.089,83	17.414,02	103.503,85	2,03%
2.3.2. – Ação Social	86.089,83	17.414,02	103.503,85	2,03%
2.4. – Habitação e Serviços Coletivos	115.227,52	14.814,67	130.042,19	2,54%
2.4.1. - Habitação	14.342,16	0,00	14.342,16	0,28%
2.4.2. – Ordenamento do Território	4.237,60	0,00	4.237,60	0,08%
2.4.3. - Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00%
2.4.4. – Abastecimento de Água	0,00	0,00	0,00	0,00%
2.4.5. – Resíduos Sólidos	9.704,70	0,00	9.704,70	0,19%
2.4.6. – Proteção Meio Ambiente e Cons. da Natureza	86.943,06	14.814,67	101.757,73	1,99%
2.5. – Serviços Culturais, Recreativos e	407.876,87	58.540,93	466.417,80	9,13%
2.5.1. - Cultura	116.841,60	58.540,93	175.382,53	3,43%
2.5.2. – Desporto, Recreio e Lazer	291.035,27	0,00	291.035,27	5,70%
3. – Funções Económicas	1.613.789,48	211.234,21	1.825.023,69	35,72%
3.2. – Indústria e Energia	45.183,34	0,00	45.183,34	0,88%
3.3. – Transportes e Comunicações	931.135,65	6.063,90	937.199,55	18,34%
3.3.1. – Transportes Rodoviários	931.135,65	6.063,90	937.199,55	18,34%
3.3.2. – Transportes Aéreos	0,00	0,00	0,00	0,00%
3.4. – Comércio e Turismo	637.470,49	205.170,31	842.640,80	16,49%
3.4.1. – Mercados e Feiras	0,00	0,00	0,00	0,00%
3.4.2. - Turismo	637.470,49	205.170,31	842.640,80	16,49%
4. – Outras Funções	2.474.899,59	0,00	2.474.899,59	48,43%
4.1. – Operações da Dívida Autárquica	2.325.808,02	0,00	2.325.808,02	45,52%
4.2. – Transferências entre Administrações	149.091,57	0,00	149.091,57	2,92%
4.3. – Diversas não especificadas	0,00	0,00	0,00	0,00%
Totais	4.807.919,85	302.003,83	5.109.923,68	100,00%

As Grandes Opções do Plano (PPI – Plano Plurianual de Investimentos e PAM – Plano de Atividades Municipal), para o ano de 2013, previa uma dotação inicial definida no montante de 4.216.595,00€, tendo a dotação definida final atingido o montante de 6.474.422,55€.

Da dotação final foram realizados pagamentos no valor de 5.109.923,68€ (execução financeira), correspondendo a 78,92% da dotação final prevista.

5.2 Plano plurianual de investimentos

No ano de 2013, foram pagos encargos assumidos com a aquisição de bens de investimento num total de **2.324.896,98€**, devidamente discriminados no mapa que se segue, por rubricas e subrubricas, onde foram classificadas as respetivas despesas.

Estrutura do Investimento Municipal	2011	2012	2013
07.01.01 – Terrenos e recursos naturais	264.414,90	91.513,80	90.857,15
07.01.02 - Habitação	5.430,39	839,07	14.342,16
07.01.02.01 - Construção	0,00	0,00	0,00
07.01.02.03 - Reparação e beneficiação	5.430,39	839,07	14.342,16
07.01.03 - Edifícios	902.785,89	821.588,63	131.210,80
07.01.03.01 - Instalações de serviços	6.303,76	23.885,27	116.362,11
07.01.03.05 - Escolas	855.584,59	682.278,51	14.831,91
07.01.03.99 - Outros	40.897,54	115.424,85	16,78
07.01.04 - Construções diversas	1.460.974,88	2.253.384,88	1.884.203,59
07.01.04.01 - Viadutos, arruam. obras complementares	169.982,32	1.419.418,23	138.673,41
07.01.04.02 - Esgotos	36.827,80	0,00	0,00
07.01.04.04 - Iluminação pública	5.414,64	3.930,31	37.060,06
07.01.04.05 - Parques e jardins	0,00	0,00	0,00
07.01.04.06 - Instalações recreativas e desportivas	7.232,40	51.545,86	313.645,87
07.01.04.07 - Captação, tratatamento e distrib. de água	46,70	0,00	0,00
07.01.04.08 - Viação rural	1.055.579,65	449.183,42	676.664,90
07.01.04.09 - Sinalização e trânsito	11.986,57	7.296,44	7.413,20
07.01.04.12 - Cemitérios	0,00	0,00	53.578,25
07.01.04.99 - Outros	173.904,80	322.010,62	657.167,90
07.01.06 - Equipamento de transporte	36.611,88	52.791,59	6.531,40
07.01.07 - Equipamento de informática	5.821,24	46.115,62	19.553,97
07.01.08 - Software informático	6.707,02	7.648,29	4.421,24
07.01.09 - Equipamento administrativo	3.563,69	524,13	161,67
07.01.10 - Equipamento básico	54.717,68	79.429,37	164.629,60
07.01.13 - Investimentos incorpóreos	0,00	0,00	0,00
07.01.15 - Outros investimentos	46.740,19	6.568,20	8.985,40
Totais	2.787.767,76	3.360.403,58	2.324.896,98
Variação		20,54%	-30,81%

Existiu uma redução nos pagamentos de bens de investimento no valor de -1.035.506,60€, correspondendo a uma diminuição de 30,81%, em comparação com o ano transato.

5.3 Atividades relevantes

No ano de 2013, procurou-se implementar a Área de Acolhimento Empresarial e concluímos os trabalhos de dissolução da sociedade – empresa municipal – iniciada no final do ano de 2012, na sequência da alteração ao regime jurídico do setor empresarial local.

No ano económico transato procurou-se encerrar os projetos financiados – física e financeiramente – e começar novos processos para se apresentar as candidaturas quando

abertos os períodos de submissão, preparando o executivo terreno para submissão em overbooking.

Em 2013, salientamos a contratação dos seguintes projetos:

- i. Estrada de Stº Adrião - Alargamento e Pavimentação
- ii. Pavimentação da Estrada da Meia-Encosta
- iii. Refuncionalização do Centro das Artes e do Espetáculo – Sever do Vouga
- iv. Beneficiação e pavimentação da estrada da Sr.ª da Graça a Doninhas
- v. Arranjo Urbanístico da Entrada da Vila
- vi. Pavimentação e alargamento - Estrada interior de Sequeiros
- vii. Pavimentação e drenagem - Interior de Zibreiros
- viii. Estrada das Velhoses e estrada do Bouço - Correção de águas pluviais e pavimentação
- ix. Galerias Ripícolas do Município de Sever do Vouga 2 e 3
- x. Casa Mortuária de Sever do Vouga

6 Proposta de aplicação dos resultados

Face ao Resultado Líquido do Exercício positivo de 2.280.887,90€, nos termos do disposto no ponto 2.7.3. do POCAL propõe-se a sua aprovação e que o mesmo seja levado à conta 59 – Resultados Transitados.

O ponto 2.7.3.2 refere que, “no início de cada exercício, o resultado do exercício anterior é transferido para a conta 59 “Resultados Transitados”.

Por sua vez, quando se verifica um saldo positivo na conta 59 – Resultados Transitados, existem duas imposições:

- i. Reforço do Património; e
- ii. Constituição ou reforço de reservas.

É obrigatório o reforço do património até que a conta 51 – Património, corresponda a 20% do ativo líquido, no entanto, devemos constituir “Reservas legais”, no valor mínimo de 5% do resultado líquido do exercício.

6.1 Proposta

Na medida em que o valor da conta 51 – Património é superior a 20% do Ativo Líquido, ou seja, corresponde em 31/12/2013, a 27%, propomos a constituição de “Reserva Legal”, nos termos do ponto 2.7.3.5, pelo valor de mínimo obrigatório (5%), ou seja, 114.044,40€, ficando o restante na conta “Resultados Transitados”, podendo ser utilizado num próximo exercício, para reforço da conta 51 – Património, ou compensar um eventual exercício cujo resultado seja negativo.

No caso de ser aprovada a presente proposta, será realizado o seguinte lançamento:

Distribuição do Resultado	Débito	Crédito
88 – Resultado Líquido do Exercício	2.280.887,90	0,00
a 571 – Reservas Legais	0,00	114.044,40
a 59 – Resultados Transitados	0,00	2.166.843,50